

Acesso à Justiça

Nº DIPLOMA	SUMÁRIO	LINKS
Lei 25/2004 de 8 de Julho	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva relativa às acções inibitórias em material de protecção dos interesses dos consumidores	Direcção Geral do Consumidor Procuradoria-geral da Republica Comissão Europeia
Lei 83/95 de 31 de Agosto	Define os casos e termos em que pode ser exercido o direito de acção popular	DECO Procuradoria-geral da Republica
D.L. 371/2007 de 6 de Novembro	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações em todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.	ASAE Instituto de Desporto de Portugal Inspeção Geral das Actividades Culturais Infarmed Instituto dos Registos e Notariado Instituto da Construção e Imobiliário Instituto da Segurança Social ERSE ERSAR Banco de Portugal ANACOM ISP IMTT INAC Turismo de Portugal Entidade Reguladora da Saúde
D.L. 118/2009 de 19 de Maio	Cria a rede telemática de Informação comum (registo e tratamento das reclamações constantes do Livro de Reclamações)	Direcção Geral do Consumidor
Lei 78/2001 de 13 de Julho	Regula a competência, organização e funcionamento dos julgados de paz	GRAL
Lei 31/86 de 29 de Agosto	Regula a arbitragem voluntária	GRAL
D.L. 425/99 de 4 de Maio	Estabelece os princípios aplicáveis aos organismos responsáveis pela resolução extrajudicial de litígios de consumo	Direcção Geral do Consumidor GRAL
Lei 47/2007 de 28 de Agosto	Estabelece o regime do apoio judiciário	Segurança Social